

Haddad vai ao FMI após o ajuste fiscal

SÉRGIO LEO

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, quer retomar na última semana de janeiro os contatos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para negociar um novo acordo com a instituição. Haddad espera apenas a aprovação do ajuste fiscal e dos projetos de reformas que estão no Congresso para marcar sua viagem a Washington. A retomada dos financiamentos externos é uma das seis prioridades do governo para garantir a retomada do crescimento.

— Se tudo der certo, irei no dia 25, com trunfos como o ajuste fiscal na mão — disse o ministro ao GLOBO.

Na semana passada, Haddad conversou por telefone com o representante do Brasil no FMI,

Alexandre Kafka, com quem combinou a viagem. Haddad deve se encontrar também com dirigentes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de representantes dos bancos credores. Na reunião de Itamar Franco e o ministério com presidentes de 19 partidos, na sexta-feira, Haddad explicou que a retomada dos financiamentos externos é um dos meios de garantir o crescimento da economia.

As outras cinco prioridades do governo são os acordos setoriais com a indústria para aumentar emprego e produção, o incentivo à agricultura, o estímulo à construção civil, o apoio às exportações e a recuperação de estradas. A maior parte dos US\$ 2,5 bilhões que o governo anuncia para recuperar rodovias deve vir de empréstimos negociados com agências internacionais.

Haddad está confiante na

aprovação do ajuste fiscal e cita a reunião de sexta-feira como um indício de que os partidos não devem dificultar a votação do projeto. Durante o encontro, três participantes defenderam propostas alternativas à do governo, como a do imposto único e a do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que prevê a simplificação do sistema tributário com extinção do imposto de renda e do ICMS.

O ministro já detectou movimentação no sistema financeiro para encontrar formas de burlar o pagamento do Imposto Provisório sobre Aplicações Financeiras (IPMF). Para evitar isso, determinou ao Banco Central e à Receita Federal a reativação de um grupo de trabalho criado pelo ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause para regulamentar o IPMF assim que o Congresso aprová-lo.

— Não acredito que haja perda significativa de receita.